



gestão **social**

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE - ENSINO A DISTÂNCIA®



Fascículo

5

Gestão Social e **Desenvolvimento Sustentável**

Ricardo Luiz Lange Ness



FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (FDR)

Presidência
João Dummar Neto

Direção Geral
Marcos Tardin

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (Uane)

Coordenação Geral
Ana Paula Costa Salmin

CURSO GESTÃO SOCIAL

Concepção e Coordenação Geral
Cliff Villar

Coordenação de Conteúdo
**João Martins de Oliveira Neto e
Jeová Torres Silva Júnior**

Coordenação Pedagógica
Ana Cristina Pacheco de Araújo Barros

Coordenação Executiva
Rebeca Sabóia

Edição de Design e Projeto Gráfico
Amaurício Cortez

Editoração Eletrônica
Cristiane Frota

Ilustrações
Carlus Campos

Catologação na Fonte
Kelly Pereira

Este fascículo é parte integrante do Curso Gestão Social composto por 24 fascículos oferecido pela Universidade Aberta do Nordeste (Uane), em decorrência do contrato celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a Fundação Demócrito Rocha (FDR), sob o nº 076/2017.

C975 Curso gestão social / coordenação geral, Cliff Villar;
coordenação de conteúdo; João Martins de Oliveira Neto
e Jeová Torres Silva Júnior. – Fortaleza: Fundação Demócrito
Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.
288. il. color; (Curso em 12 Fascículos)

ISBN 978-85-7529-835-0

1. Curso – gestão social I. Villar, Cliff. **II.** Oliveira Neto, João
Martins. **III.** Silva Júnior, Jeová Torres. **IV.** Título

CDU 304(813.1)

Todos os direitos desta edição reservados à:



**Fundação
Demócrito Rocha**

Fundação Demócrito Rocha
Av. Aguanambi, 282/A – Joaquim Távora
CEP 60.055-402 – Fortaleza-Ceará
Tel.: (85) 3255.6180 – 3255.6153
Fax: (85) 3255.6271
fdr.com.br
fundacao@fdr.com.br
uane@fdr.com.br

sumário

1. Introdução	100
2. Crescimento Econômico <i>versus</i> Desenvolvimento	101
3. Desenvolvimento Sustentável.....	104
4. As Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	108
5. Globalização e Desenvolvimento Sustentável.....	111
6. Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável.....	113
6.1 Relações da Dimensão Social e da Dimensão Ambiental	113
6.2 Como construir esse bem-estar coletivo com a participação da Gestão Social?	115
Síntese do Fascículo	118
Perfil do Autor	118
Referências Bibliográficas	118

OBJETIVOS

Ao fim do curso, o aluno deverá estar apto:

1. a explicar o que é Desenvolvimento Sustentável,
2. a reconhecer a interdependência entre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Gestão Social e
3. a reconhecer as possibilidades de contribuição da Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável.





1. Introdução

Nas discussões sobre desenvolvimento aparece mais recentemente o desenvolvimento sustentável, que se insere numa dinâmica socioambiental com os atores atuando em diferentes esferas, economia, sociedade e natureza.

No módulo serão abordados a gestão social e o desenvolvimento sustentável (DS) como conceitos não dissociáveis. Há que ser discutida também a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Abordar-se-á a perspectiva de que, enquanto neste atores atuam fundamentalmente num sistema econômico, naquele encontramos uma ampliação da dinâmica econômica com os atores atuando na sociedade. Será apresentado um histórico da construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Não há como se falar em DS sem uma discussão sobre sustentabilidade e as suas dimensões.

Dar-se-ão destaque às mudanças ocorridas no cenário socioeconômico mundial, com referência à globalização da economia e aos problemas sociais e ambientais que dela decorrem.

O enfrentamento dessas questões, na perspectiva do desenvolvimento baseado na sustentabilidade, exige uma revisão da atuação dos gestores e da própria gestão. Essa revisão pode ter grande contribuição da Gestão Social. No contexto apresentado, conclui-se o módulo com a introdução do relevante papel da mediação transformadora representada pela Gestão Social.

2.

Crescimento Econômico *versus* Desenvolvimento

A palavra desenvolvimento¹ tem a ver com crescimento, progresso de entidades, seres e comunidades organizadas. Imbricados na definição de desenvolvimento, para muitos economistas, crescimento e desenvolvimento são conceitos relacionados, como as duas faces de uma mesma moeda. O crescimento econômico chegou a ser visto como o meio e o fim do desenvolvimento.

Em regra, crescimento econômico está associado a aspectos quantitativos. Se bens e serviços são produzidos em maior quantidade por um país, os indicadores que apontam para esse crescimento aumentam. Entre tais indicadores, um dos mais conhecidos é o PIB (Produto Interno Bruto). O PIB reflete a riqueza de um país. O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas. Para chegar a esse número, no Brasil, o IBGE calcula a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços, estoques e tudo o que é produzido. É calculado o valor desses bens e serviços depois de deduzidos os custos dos insumos.



PIB é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo.

PIB do Brasil (U\$)

2000	655.421 bilhões
2005	891.630 bilhões
2010	2.209 trilhões
2011	2.616 trilhões
2014	2.456 trilhões
2015	1.804 trilhões
2016	1.796 trilhões

FONTE: WORLD BANK

1. (de.sen.vol.vi.men.to)

sm.

1. Ação ou efeito de desenvolver (-se);

EVOLUÇÃO [Antôn.: involução.]

2. Crescimento, aumento, progresso, de entidades e seres organizados [Antôn.: declínio, retrocesso.]

<http://www.aulete.com.br/Desenvolvimento>

**Imagem em baixa
resolução, precisa
ser substituída.**



O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) MEDE O PROGRESSO DE UMA NAÇÃO A PARTIR DE TRÊS DIMENSÕES: RENDA, SAÚDE E EDUCAÇÃO. FOTO: KENIA RIBEIRO/CNM/PNUD BRASIL.
([HTTP://WWW.BR.UNDP.ORG/CONTENT/BRAZIL/PT/HOME/IDHO/CONCEITOS/O-QUE-E-O-IDH.HTML](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho/conceitos/o-que-e-o-idh.html))

Muitos economistas consideravam e alguns continuam considerando o aumento do nível de renda como condição suficiente para se alcançar o desenvolvimento. A economia mundial cresceu amparada por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e pela concentração de renda, com resultados, em maioria, excludentes. Exemplo claro dessa opção de desenvolvimento ocorreu no Brasil; nos anos setenta buscava-se “fazer o bolo crescer para depois distribuir”. Essa opção nitidamente aumentou as desigualdades sociais no nosso país.

Chegamos, então, a um questionamento que nem sempre era feito: qual a posição do cidadão comum e como ele era afetado pela elevação do PIB e da renda do país? Essas pessoas estão tanto no meio

do desenvolvimento como elas se tornam o seu fim, no sentido de a finalidade do desenvolvimento ser as pessoas. Só mais recentemente, passou-se a questionar como essa renda era distribuída. Passa a ser ponto-chave nas discussões sobre desenvolvimento a questão: como ele pode aumentar a qualidade de vida para todos? O desenvolvimento tem de ser visto como um processo. Um processo complexo, com mudanças e transformações.

A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento, e não como seu fim.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com a colaboração entre o economista paquistanês Mahbub ul Haq e o economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a um outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita¹, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. Todavia, outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano, como democracia, participação, equidade, sustentabilidade, não são contemplados no IDH.

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente e divulgado por meio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

Os RDHs incluem o Índice de Desenvolvimento Humano e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento.

O PNUD publica anualmente um RDH Global, com temas transversais e de interesse internacional, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo. Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de 100 países. Além dele, são publicados periodicamente centenas de RDHs nacionais, incluindo os do Brasil. Até hoje, o Brasil fez quatro RDHs. O primeiro foi feito em 1996 e apresentava um panorama geral sobre as questões sociais no Brasil.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 apontava o Brasil em 75º lugar com IDH 0,755 e o classificava entre os países com alto desenvolvimento humano. A título de comparação, entre os países com desenvolvimento humano muito alto encontravam-se a Noruega, com

IDH 0,944; Austrália, com IDH 0,935; e Suíça, com IDH 0,933. No extremo mais baixo da classificação por IDH, vinham os países com baixo desenvolvimento humano e IDH 0,391; IDH 0,350 e IDH 0,344; respectivamente representados pela Eritreia, República Centro Africana e pelo Níger.

Informações mais detalhadas sobre outros índices de desenvolvimento humano podem ser consultadas em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>.

Diante do que foi exposto, a caracterização do desenvolvimento pressupõe não só mudanças de caráter econômico e político, mas, sobretudo, mudanças de ordem humana e social. Portanto, na discussão sobre desenvolvimento temos que pensar na distribuição de renda, educação, saúde e, mais recentemente, em meio ambiente.

Hoje é possível vislumbrar uma conexão entre o crescimento econômico, enquanto foi aceito como base para um modelo de desenvolvimento e a atual crise civilizatória vivenciada no nosso planeta.

Não confundir os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Crescimento econômico é aumento persistente da renda real de uma economia. Pode ser avaliado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O aumento do PIB não afetará, necessariamente, o padrão de vida da população.

O conceito de **Desenvolvimento econômico** está relacionado com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população como um todo. É um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país.

1. PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país.



“Vivemos em um mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecno-científico do desenvolvimento do capitalismo. As forças geradas pela economia tecno-científica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão”.

HOBBSBAWN, E. *ERA DOS EXTREMOS – O BREVE SÉCULO XX (1914 – 1991)*. SÃO PAULO: ED. COMPANHIA DAS LETRAS, 2005, 598P.



3.

Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade

A etimologia da palavra remete ao adjetivo *sustentável*, oriundo do latim *sustentabile*, derivado do verbo *sustentar*.

E significa aquilo que pode ou deve se sustentar. Além disso, qualifica a capacidade de se manter constante ou estável por longo período. O verbo sustentar, por sua vez, vem do latim *sustentare*, que significa fornecer ou garantir o necessário para sobrevivência; impedir a ruína ou a queda de; amparar; proteger; favorecer; auxiliar; conservar a mesma posição, sustentar-se, equilibrar-se.

GONÇALVES-DIAS, SYLMARA LOPES
FRANCELINO. SUSTENTABILIDADE. IN:
BOULLOSA, ROSANA DE FREITAS (ORG.).
DICIONÁRIO PARA A FORMAÇÃO EM
GESTÃO SOCIAL. SALVADOR: CIAGS/
UFBA, 2014. P. 165-168.

Desenvolvimento sustentável é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento no final deste século. Segundo Veiga (2006), a noção de desenvolvimento sustentável de tanta importância nos últimos anos procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Para compreender tal vinculação, são necessários alguns conhecimentos fundamentais que permitem relacionar pelo menos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da evolução da natureza, que é objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço. É evidente que esses três âmbitos interagem, e sobrepõem-se, afetando-se e condicionando-se mutuamente.

A evolução e a transformação da sociedade e da economia no processo de desenvolvimento alteraram de várias maneiras o mundo natural.

As afirmativas de Veiga mostram que, na sua extensão, as abordagens para o desenvolvimento sustentável são de caráter interdisciplinar.

O conceito do desenvolvimento sustentável foi construído ao longo de vários eventos. Esses eventos definiram a agenda ambientalista mundial nos últimos anos. Entre os mais importantes, podemos citar:

1. Criação do “Clube de Roma” (1968): O Clube de Roma foi formado por um grupo de empresários, personalidades e pesquisadores, reunidos para debater e promover estudos sobre desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente. Foram pioneiros na preocupação com os limites do crescimento econômico. Em 1972 publicou o relatório “Limites do Crescimento”, também conhecido como “Relatório

do Clube de Roma”. No relatório era previsto que o limite de crescimento do planeta seria atingido até os próximos 200 ou 300 anos;

2. A Conferência de Estocolmo (1972). Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano no centro das discussões estavam os problemas ambientais como consequência do modelo de desenvolvimento adotado. Como contribuições importantes desse evento ficaram a “Declaração sobre o Ambiente Humano” e a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). Com o intuito de propor um novo modelo de desenvolvimento com menos impactos na natureza, surge a expressão “desenvolvimento sustentável”;

3. Publicação do Relatório Brundtland (1987): O relatório denominado Our Common Future (Nosso Futuro Comum), também conhecido como relatório Brundtland, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Na presidência da comissão estava a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Foi elaborada uma agenda para desenvolvimento sustentável com estratégias para um crescimento econômico com preservação da natureza, que garantisse o sustento da população atual sem prejuízo com as necessidades futuras.

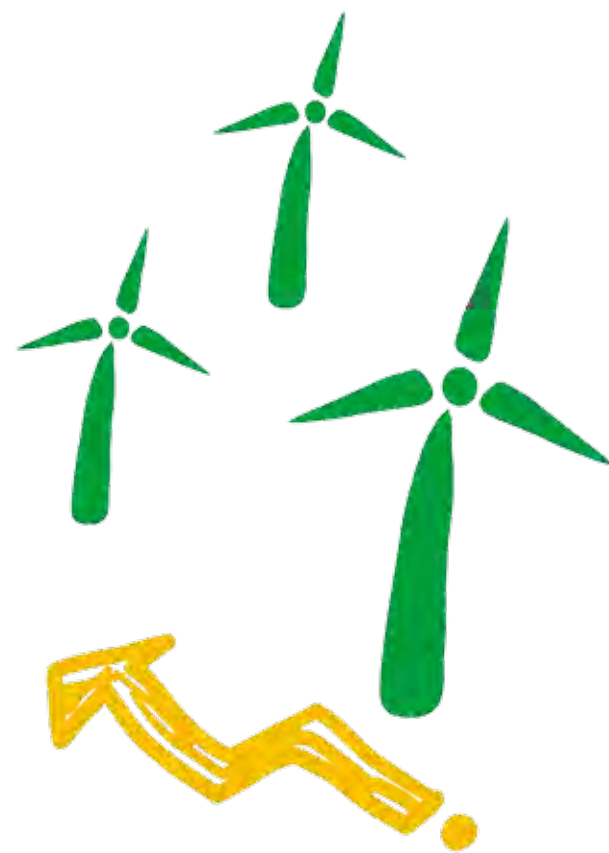
4. Eco-92. O relatório Brundtland serviu de referência para as discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Eco 92). O evento aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. Nesse evento foi elaborada a famosa “**Agenda 21**”.



“O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas necessidades”
(Nosso Futuro Comum/Relatório Brundtland,1987)

BRUNDTLAND, GRO HARLEM. NOSSO FUTURO COMUM.
RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1991.

O relatório Brundtland é o resultado do trabalho de uma comissão da ONU com o nome World Commission on Environment and Development. Os presidentes desta comissão eram Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, daí o nome do relatório final. O relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual (Brüzeke, 1993)



A **Agenda 21** pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.



Ficou sugerido desde então que as questões sociais e ambientais eram indissociáveis.

Os eventos seguintes à Eco-92 ocorreram com o objetivo de reafirmação das agendas criadas, a implementação das convenções, da própria Agenda 21 e para o monitoramento do processo de implementação das políticas formuladas.

Uma primeira avaliação ocorre em Nova York em 1997, em uma sessão especial da Assembleia das Nações Unidas, a qual ficou conhecida como Rio + 5.

Um breve histórico dos encontros internacionais que se seguiram à Conferência Rio 92 podem ser encontrados em Mota, et alli, Trajetória da governança ambiental, regional e urbano. 01. dez. 2008.

Em setembro de 2000, as Nações Unidas reuniram os líderes mundiais, na sua sede em Nova York, com a sociedade civil e governos a olhar com atenção alguns desafios que o planeta enfrentava e convidou todas a se engajarem em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. São metas que deveriam ser atingidas até o ano de 2015. Muitas delas foram alcançadas, outras não e novamente a sociedade está sendo convidada a se mobilizar para novos desafios a serem acompanhados nos próximos 15 anos.

A última Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio



Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

O caminho percorrido com os eventos internacionais até a Rio+20 pode ser visto no link a seguir: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-a-te-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-a-te-aqui.pdf

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, acordou-se que um conjunto de metas seria desenvolvido em outro documento denominado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo maior dos ODS é a promoção do desenvolvimento sustentável, com base nos avanços dos Objetivos do Milênio (ODM). Os ODM tinham como data limite para serem alcançadas o fim

do ano de 2015. Os ODS tiveram embasamento científico para a criação das metas e a utilização de indicadores para um acompanhamento eficiente dos avanços com as metas.

Em setembro de 2015 na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, aconteceu a 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Nessa assembleia foi aprovada a **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável pelos estados-membros da ONU. A agenda lista 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, amparados sobre o tripé do desenvolvimento sustentável. Os ODS consideram as dimensões social, ambiental e econômica de forma integrada e indivisível ao longo de suas 169 metas. O cumprimento dessas metas tem de ocorrer num horizonte de tempo, acordado entre os países, de 15 anos. Os ODS têm vigência até 2030.

A **Agenda 2030** (ODS) foi adotada por 193 países-membros das Nações Unidas, inclusive o Brasil, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015. Ela foi definida em um amplo processo participativo lançado na Rio+20, em 2012.

PARA CONHECER MELHOR A AGENDA 2030,
VISITE: [HTTP://WWW.AGENDA2030.COM.BR/AAGENDA2030.PHP](http://www.agenda2030.com.br/aagenda2030.php)





4.

As Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Em continuação ao tema DS, cabe destacar que surgem na literatura especializada sobre o tema sugestões de questionamentos se DS e a sustentabilidade seriam conceitos diferentes. Alguns colocam o DS como o caminho para se chegar à sustentabilidade, que seria o objetivo final no longo prazo. Outros dizem o inverso, o DS seria o objetivo a alcançar e a sustentabilidade o processo para se chegar ao DS. Não há de fato um consenso.

Para alguns, a sustentabilidade daria qualidade a processos e atividades, como negócios sustentáveis, agricultura sustentável, construções sustentáveis, turismo sustentável etc. O DS estaria mais ligado às pessoas e ao seu bem-estar.

Em comum encontramos que os dois, DS e sustentabilidade, se estruturaram a partir de dimensões. Dimensão como aspecto intrínseco a um conceito e que lhe dá significância

Aqui, em relação as dimensões que serão apresentadas, não faremos distinção conceitual entre DS e sustentabilidade. Assim, ora será feita referência às dimensões do DS e ora a referência será feita às dimensões da sustentabilidade.

Para melhorar o entendimento de DS, Sustentabilidade e suas diferenças, consultar o artigo: Sartori, Latrônico e Campos in Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 1-22 n jan.-mar. 2014

A opção de desenvolvimento definida pela maioria dos países tem sido norteadas, de forma unilateral, por políticas com base na economia e que chegam a gerar um crescimento econômico e aumento do PIB. O crescimento é necessário, mas não suficiente. Pois muitas vezes esse

crescimento não atende a necessidades tidas com essenciais para a população. Em decorrência, por exemplo, são elevados os índices de desemprego, de pobreza e de insegurança alimentar. Na direção contrária, mais recentemente o DS tem sido aceito como proposta viável para garantir o atendimento das necessidades básicas da maioria da população de um país.

No sentido clássico ou de primeira elaboração surgiram três perspectivas distintas para caracterização das dimensões do DS. Dimensões que se completavam com o propósito de atender interesses quanto a viabilidade econômica, segurança ambiental e justiça social.

Numa visão tradicional de DS apresentam-se então as três dimensões:

1. Econômica, relacionada com a melhora da condição e da qualidade de vida das pessoas, garantindo-lhes renda e sustento;
2. Ambiental, refere-se à manutenção dos ecossistemas, da conservação dos recursos naturais e dos sistemas naturais de sustentação da vida;
3. Social, diz respeito à justiça social e ao acesso igualitário aos serviços que garantam uma vida digna. A redução da pobreza apresenta-se como o principal desafio.

A dimensão ambiental ou ecológica, ou melhor, as questões ambientais, foram a base para as discussões iniciais, 30 ou 40 anos atrás, sobre DS e sustentabilidade. Isso levou à situação em que, em referência à sustentabilidade, a maioria das pessoas, desconheça as demais dimensões. Ao serem indagadas sobre DS ou mesmo sustentabilidade, mencionam os problemas ambientais, como poluição das águas

e solo, por exemplo, fazendo ligações imediatas à dimensão ambiental.

Com o aumento do padrão de consumo e o crescimento populacional, a pressão sobre os ecossistemas/recursos naturais tem aumentado. Tornou-se claro que um limite foi atingido. Fica assim comprometido o desenvolvimento econômico nos padrões alcançados por muitos países e as possibilidades de outros ampliarem suas aspirações de um crescimento desejável. O atual nível de produção e consumo dos países desenvolvidos não poderá ser estendido para todos os países.

...não é possível o aumento perpétuo da produção material/energética, o que requer o fim do crescimento econômico em algum momento para que a capacidade de suporte do planeta não seja ultrapassada, e a ciência não tem como estimar com precisão essa capacidade.

Para melhor entender o DS sob uma perspectiva econômico-ecológica, ver Romeiro, A. R. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*, estudos avançados 26 (74), 2012.

Para Sachs, a sustentabilidade resulta da integração, num enfoque dinâmico, de várias dimensões e que, por isso, atendem crescentes e diversas necessidades humanas.

Ignacy Sachs (2008, utilizou oito tipos de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, ambiental, territorial, cultural, política nacional e política internacional) para apresentar as dimensões num conceito denominado **ecodesenvolvimento**.

Ecodesenvolvimento

Foi o canadense Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, que usou em 1973 o conceito ecodesenvolvimento. Buscava caracterizar uma concepção alternativa para uma política do desenvolvimento. Ignacy Sachs foi quem difundiu o conceito. Em muitos aspectos essenciais há similaridades entre os conceitos de Ecodesenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável. Hoje prevalece no debate o termo Desenvolvimento Sustentável.

O conceito de Ecodesenvolvimento antecedeu o de DS. O primeiro associava promoção econômica, à questão ambiental e à participação social. Trazia consigo um conteúdo mais emancipador acompanhado de uma estratégia multidimensional. O segundo conceito, embora mantivesse a articulação de crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, ao contrário do Ecodesenvolvimento, destacava uma ênfase econômica e tecnológica, que tendia a despolitizar a proposta do primeiro conceito.

[...] antes que as estratégias de Ecodesenvolvimento conseguissem romper as barreiras da gestão setorializada de desenvolvimento... as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de Ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza... Começa então naquele momento a cair em desuso o discurso do Ecodesenvolvimento, suplantado pelo discurso de Desenvolvimento Sustentável (LEFF, 2001: 18).

Os desdobramentos das diversas dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs, de modo simplificado, seriam e envolveriam:

1. Sustentabilidade social: diminuição das desigualdades, maior equidade na distribuição de renda, garantia de acesso a serviços básicos e direitos, melhor qualidade de vida.

2. Sustentabilidade econômica: a geração de riquezas de modo ambientalmente sustentável com uma distribuição mais equitativa.

3. Sustentabilidade ecológica: o uso dos recursos naturais com minimização dos danos à manutenção da vida.

4. Sustentabilidade ambiental: o respeito e o destaque à capacidade de depuração dos sistemas de sustentação da vida, como provedores de recursos e como ambiente para disposição de resíduos.

5. Sustentabilidade territorial: um maior equilíbrio entre o meio rural e o urbano, superação das desigualdades inter-regionais.

6. Sustentabilidade cultural: respeito às especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

7. Sustentabilidade política nacional: o exercício da democracia como base, a garantia aos direitos humanos, a coesão social.

8. Sustentabilidade política internacional: prevenção de guerras, promoção da paz e da cooperação entre os países, gestão do patrimônio global como herança da humanidade.

A revisão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável desemboca na formulação de parâmetros necessários para seu alcance. O que promoveria o ataque direto à degradação ambiental e à pobreza, e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção, e com respeito à diversidade cultural.

(CHACON, 2014)

5.

Globalização e Desenvolvimento Sustentável

Sousa Santos (2002), ao referir-se à globalização, escreve “...*interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior da cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional etc.*”

A mitigação dos impactos ambientais pressupõe não somente avanços tecnológicos, mas, sobretudo, transformações sociais. A adesão a essas transformações tem de se dar com uma nova forma de gestão tanto no

ambiente público como no ambiente empresarial. Essas transformações necessárias vão, em regra, na contramão daquilo que é imposto pela globalização. Entre tais imposições da globalização, está a da cultura consumista. Nesse sentido, Sachs diz que há a necessidade da passagem de uma civilização do ter para uma civilização do ser. Acrescenta ainda que as ações deveriam se desdobrar em ações socialmente includentes, ambientalmente sustentáveis e economicamente sustentadas no tempo.

O enfrentamento das enormes desigualdades sociais entre os países e dentro dos países é urgente, sob o risco de, se não forem tomadas, haver comprometimento do futuro da humanidade.

Segundo De Assis (2003), a experiência tem demonstrado que a elevação do nível de vida material, expressa pelo aumento no padrão global de consumo, não determina



Desenvolvimento local

“O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.” (Buarque, 2002 *apud* De Assis, 2003).

necessariamente um enriquecimento a vida como um todo. O novo padrão alcançado representaria antes, com frequência, um aumento do desperdício de certas faixas de consumo. Esse consumo se pluralizaria por toda a sociedade e seria acirrado pela globalização da economia, estabelecendo um universo de desigualdades, tensões e antagonismos, aumentando ainda mais a distância entre ricos e pobres. O resultado seria que uma expansão das forças produtivas não necessariamente se traduziria em recursos que poderiam ser empregados para o crescimento da sociedade.

Ainda segundo o autor (DE ASSIS, 2003), a legitimação das ações globalizantes se dá a partir da hegemonia do pensamento neoliberal, justificando e viabilizando a vitória da eficiência sobre a solidariedade por meio de um individualismo possessivo e consumista. Os ideais de liberdade são reduzidos à busca de liberação econômica, o que na prática significa desproteção. Para os países em desenvolvimento, isso significa a inviabilização de qualquer coordenação do processo de desenvolvimento e o aumento crescente da vinculação dos condicionantes internos da economia a fatores externos aos espaços nacionais.

A palavra globalização significa integração cada vez mais estreita das economias e das sociedades. Todavia, em vez de se mostrar integrativa ou inclusiva, permitiu o aparecimento de assimetrias e desigualdades entre os países. Favoreceu os interesses de muitos países, mas excluiu a grande maioria dos países periféricos.

O desenvolvimento incluyente pretende “promover uma ordem econômica baseada no princípio de tratamento desigual aos desiguais, promovendo o comércio justo, incrementando o fluxo da assistência pública destituída de compromissos implícitos e transformando a ciência e a tecnologia em bens públicos” (SACHS, 2008 p.164).

Para tanto, as ações desenvolvimentistas devem ser pautadas no conceito de desenvolvimento local, à medida que as decisões capitalistas, mesmo em uma economia globalizada, são tomadas em função de condicionantes locais, facilitando, assim, ações que priorizem investimentos e programas que tenham como lastro projetos e tecnologias que procurem sempre despertar solidariedade e mobilização por objetivos comuns nos grupos envolvidos.

6.

Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável

As abordagens feitas pela Gestão Social e as ações para ela propostas convergem em sua maioria para as do DS ou para as da sustentabilidade. De forma bem simplista e utilizando-se de expressão não erudita, Gestão Social “tem tudo a ver” com o DS. Será, pois, nessa linha de raciocínio que desenvolveremos o último tópico deste fascículo.

6.1 Relações da Dimensão Social e da Dimensão Ambiental

A dimensão social é perpassada pelas contradições do capitalismo e muitos dos desdobramentos das dimensões propostas por Sachs a perpassam. Essa dimensão traz consigo enormes desafios, como a superação das desigualdades sociais, reflexão sobre a nossa forma de consumir. Incorpora também um aprendizado de uma maior atenção

voltada para toda a comunidade biótica com um olhar cuidadoso e não proprietário da natureza. Por isso, talvez o maior desafio para consolidar o desenvolvimento sustentável possa ser encontrado na dimensão social.

Alcançar o DS pressupõe mudanças profundas nas nossas relações com a natureza e com todos os seres vivos, no nosso agir cotidiano, e nos impõe reflexão sobre a valorização do ser sobre o ter. Requer o reconhecimento do homem e da natureza como entes indissociáveis, exige mudanças no comportamento dos indivíduos e nos valores sociais, traz implícita a negação do **antropocentrismo**¹, com a valorização de qualidades humanas e entendimento do homem, como parte e não centro, menos senhor, mas antes convidado da Natureza.

A qualidade ambiental afeta e é afetada pela qualidade de vida porque é um componente dela (SACHS, 2008).



1. **Antropocentrismo** (an.tro.po.cen.tris.mo) Fil. sm.

1. Concepção ou doutrina segundo a qual o ser humano é o centro ou a razão da existência do universo.

[F.: antrop(o)- + -centr(o)- + -ismo.]

<http://www.aulete.com.br/Antropocentrismo>



Boff (2012) aponta modelos-paradigma de desenvolvimento e os confronta com a sustentabilidade:

1. O modelo do neocapitalismo com ausência de sustentabilidade.

Está incorporado nesse modelo o “greenwashing” (ou lavagem verde, em português). Com a prática, as empresas buscam passar uma imagem positiva dos seus empreendimentos e ações para a opinião pública e consumidores quanto à sua relação com o meio ambiente. Muitas vezes, é uma tentativa para ocultar impactos ambientais negativos.

2. O modelo do capitalismo natural com a sustentabilidade enganosa.

3. O modelo da economia verde com a sustentabilidade fraca.

Iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2011). O PNUMA define economia verde como um modelo econômico que resulta em “melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”. Em outras palavras, uma economia verde tem baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e é socialmente inclusivo. Em uma economia verde, o crescimento de renda e emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzam as emissões de carbono e a poluição, aumentem a eficiência energética e o uso de recursos e impeçam a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Uma economia verde não favorece uma ou outra perspectiva política. Ela é relevante a todas as economias, sejam elas controladas pelo Estado, sejam controladas

pelo mercado. Também não substitui o desenvolvimento sustentável.

4. O modelo do ecossocialismo, com a sustentabilidade insuficiente.

É uma corrente mundial com proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica, a reflexão socialista e a reflexão marxista. Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação que se reclama ao mesmo tempo da defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma sociedade socialista, inspirada nos valores de liberdade, igualdade e solidariedade (LÖWY, BETTO, 2012).

5. O modelo do ecodesenvolvimento ou da bioeconomia, com a sustentabilidade possível. Ver FILHO, G. M. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Conceitos e Princípios. Textos de Economia. Florianópolis, v.4, n.1. p.131-142, 1993.

6. O modelo da economia solidária, com uma micro-sustentabilidade viável. Ver FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho. Economia Solidária. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.54-56

7. O bem-viver dos povos andinos e expresso nas constituições da Bolívia e da Colômbia, com a sustentabilidade desejada. Segundo ZAFFARONI (2010), o *sumak kawsay* é uma expressão quíchua que significa viver bem ou o pleno viver, cujo conteúdo não é outra coisa que a ética – não a moral individual –, que deve reger a ação do Estado e de acordo com a qual também devem se relacionar com as pessoas e em especial com a natureza. Não se trata do tradicional bem comum reduzido ou limitado aos seres humanos, mas o bem de todos os seres

vivos – hoje se diria respeito pela biodiversidade –, incluindo, obviamente, os humanos (com exigências de complementaridade e equilíbrio, não sendo alcançável individualmente) com a sustentabilidade desejada.

A sustentabilidade tem de estar em todo lugar e em escalas diversas, no lar, na escola, na universidade, no trabalho, do território ao planeta. Enquanto a busca da satisfação de necessidades humanas justas por um longo período tem que ser construída em nós e por nós, num projeto de desenvolvimento o bem-estar social deve estar presente, e não só a prosperidade econômica.

O sentido dessa frase é expresso de forma diferente por vários autores que tratam do tema desenvolvimento. Sem aprofundamentos, seguem afirmações de alguns reconhecidos estudiosos, referências no tema Desenvolvimento Sustentável.

Sachs (2008) diz que o desenvolvimento deve possibilitar a autorrealização dos indivíduos de modo a possibilitar a cada um e ao coletivo revelar suas capacidades e seus potenciais.

Amartya Sen, no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), pronuncia-se pela ocorrência de restrições existentes às liberdades humanas quando ocorre a opção por desenvolvimento somente com crescimento do PIB, com aumento da renda pessoal e avanço da industrialização. Para o autor, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar (Pinheiro, 2012). Sen distingue liberdades substantivas

e liberdades instrumentais. As primeiras são as que queremos como fins, as segundas são os meios para atingirmos os fins. Pinheiro (2012) exemplifica que, para atingir a liberdade substantiva de ter boa saúde, eu busco as liberdades instrumentais de me alimentar bem, repousar, fazer exercícios físicos, viver em um lugar livre de poluição etc. O sucesso de uma sociedade deve ser avaliado, segundo Sen, pelas liberdades substantivas desfrutadas pelos indivíduos de uma determinada sociedade. As liberdades substantivas desempenham um papel constitutivo no conceito de desenvolvimento e avaliativo do processo de desenvolvimento.

Por sua vez, as liberdades instrumentais são tipos de liberdades que servem de instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total. São citadas em *Desenvolvimento como liberdade* (Sen, 2000, p. 38-40 *apud* Pinheiro, 2012) cinco tipos de liberdades instrumentais.

1. As *liberdades políticas* referem-se às escolhas das pessoas na arena política: escolher quem vai governar, sob quais regras etc.; isso inclui também a liberdade de crítica às autoridades e a expressão política, e outras.

2. As *disponibilidades econômicas* [*economic facilities*] referem-se ao poder de os indivíduos usarem os recursos econômicos, tais como os bens e serviços, as possibilidades de fazer transações, o acesso à renda e ao crédito etc. Incluem as oportunidades tidas pelos indivíduos para fins de consumo, produção e troca.

3. As *oportunidades sociais* referem-se aos arranjos sociais para o

provimento de educação, saúde, e outros serviços sociais capacitantes.

4. As *garantias de transparência* dizem respeito à confiança mútua entre os indivíduos, em suas interações sociais, confiança que é fundamental para o sucesso dessas interações. As garantias de transparência incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas.

5. A *proteção social* inclui arranjos sociais destinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população: assistência e previdência social, seguro-desemprego, abertura de frentes de trabalho emergenciais etc.

Todos os tipos de liberdades instrumentais se interconectam causalmente, e isso tanto pode prejudicar o desenvolvimento (quando as pessoas são privadas de suas liberdades) quanto favorecê-lo (quando as liberdades instrumentais contribuem conjuntamente para expandir as liberdades substantivas de todos).

Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos sobre a lógica dos mercados na busca do bem-estar coletivo.

CELSO FURTADO (2000)

O processo para se chegar a um desenvolvimento sustentável é dinâmico e dialético. Seus resultados têm reflexos nos ambientes econômicos, políticos e culturais pressupondo uma gestão racional e justa do uso dos recursos naturais e tecnológicos.

Dessa forma, consegue-se promover o sentido de igualdade, equidade e solidariedade entre os homens, superando a condição de pobreza, em um mundo de abundância.

6.2. Como construir esse bem-estar coletivo com a participação da Gestão Social?

No curso de Gestão Social são desenvolvidas 12 temáticas. Todas elas estão associadas a uma ou mais dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Não poderia ser diferente!

“Os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, que a cada dia se tornam mais evidentes e latentes, pedem por uma Gestão Social qualificada e inovadora das organizações e, principalmente, que produza resultados concretos para sociedade” (DOWBOR, 2010)

De acordo com Araújo (2014), a Gestão Social é um construto polissêmico com tendências interdisciplinares provocado a partir da implementação de políticas sociais nos países da América Latina. Emergiu nos anos 1990, sob forte influência de organizações internacionais vinculadas à ONU. A Gestão Social nasce, portanto, numa época após, mas muito próxima ao surgimento do conceito de DS.

Segundo Dowbor (2010), “herdamos no Brasil uma curiosa dicotomia, em que técnicos do **mainstream**¹ trabalham os processos econômicos, ou seja, cuidam de bancos, do comércio, da produção fabril e da exportação de soja, enquanto os sonhadores de uma sociedade justa cuidam dos impactos sociais (os pobres) e ambientais (as árvores). Essa dicotomia era reforçada por uma contabilidade curiosa, em que se dizia que quem produz bonecas *Barbie* gera produto, portanto riqueza, e que esta riqueza é que permitiria financiar o social e o ambiental. Boneca *Barbie* é produto, saúde é gasto. Buscar as origens deste raciocínio absurdo nos levaria a outros absurdos da chamada ciência econômica, assim que vamos apenas assinalar um fato óbvio: os nossos esforços devem ser orientados segundo as nossas prioridades, se definem em função das prosaicas qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.”

Dowbor foi muito feliz e didático com suas palavras ao escrever o prefácio do livro *Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento*: ações, articulações e agenda. Reforça com um exemplo irônico afirmações vistas

Mainstream
é uma expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como movimento ou grupo dominante. No texto, Dowbor se refere aos técnicos que seguem a linha tradicional e dominante da Economia. O DS e a Gestão Social estão juntos avançando na corrente contrária e alternativa ao *mainstream*.

no **tópico (3)**. Crescimento econômico *versus* desenvolvimento desse fascículo. A produção de bonecas *Barbies* contabilizava para o aumento do PIB. A riqueza gerada deveria financiar as ações na saúde e o cuidado com o ambiente. Pela lógica dominante (do *mainstream*), entretanto, a saúde e, para ficar bem atual, educação, são despesas. A qualidade de vida para quem depende do governo fica aquela que a riqueza acumulada no país poderia proporcionar para todos, se a riqueza produzida pela soja exportada e pelas *Barbies* vendidas fosse aplicada de forma mais justa.

É contra os absurdos assinalados por Dowbor no parágrafo anterior que os “sonhadores” no DS e na Gestão Social se manifestam, teorizam e vão para a prática, priorizando proporcionar para a maioria as “prosaicas” qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

Mas que práticas são essas, comuns aos dois temas?

Percorrendo a publicação do Dicionário para a formação em gestão social¹ na procura por verbetes que pudessem ser relacionados com o DS, encontramos o quadro que segue:

Conjunto de verbetes do primeiro dicionário para a formação em gestão social		
Arranjos Produtivos Locais	Exclusão Social	Negócios Sociais
Autogestão	Gestão Ambiental	Organizações da sociedade civil
Avaliação	Gestão Participativa	Participação
Campo de Públicas	Gestão Pública	Política Social
Capital Social	Gestão Social	Política Cultural
Cidadania	Governança Territorial	Políticas Públicas
Cooperativismo	Inovação	Produção Colaborativa
Coprodução de Bens e Serviços Públicos	Inovação Social	Rede Pesquisadores em Gestão Social
Democracia	Instrumentos de Políticas Públicas	Redes Interorganizacionais
Desenvolvimento	Intersetorialidade	Residência Social
Economia Criativa	Investimento Social Privado	Responsabilidade Social
Economia Solidária	Metodologias Integrativas	Sustentabilidade
Empreendedorismo Social	Monitoramento	Tecnologia Social
ENAPEGS	Movimentos Sociais	Terceiro Setor
Equipamentos Públicos	Município Sustentável	Território

Não haveria mais espaço nesse fascículo para comentar cada um dos verbetes selecionados e mostrar a sua pertinência com escopo do Desenvolvimento Sustentável, mas é possível selecionar alguns e tecer comentários sobre essa pertinência ou relação com o DS. O leitor está convidado por si só a fazer esse exercício e buscar descrever a relação que cada verbete do quadro teria com a Gestão Social. Seria um bom exercício de fim de curso para consolidar o conhecimento dos conceitos aprendidos e da relação do Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Social.

O encerramento do fascículo, e ainda com o intuito de expressar a clareza e a proximidade da relação entre Desenvolvimento Sustentável e Gestão Social, será feito com o discurso enunciado pela professora Rosinha Carrion² sobre a contribuição da gestão social para o desenvolvimento:

[...] Desde o seu nascedouro a gestão social vem sendo empurrada por um duplo movimento: de um lado aqueles que a percebem como uma estratégia, como um conjunto de diretrizes ou, ainda, como modo de coordenação, de planejamento e de direção das ações com vistas à humanização do processo de geração de riqueza sob o regime de acumulação capitalista. Desenvolvimento tomado como sinônimo, dos países periféricos passarem a desempenhar um papel ou, ainda, passarem a ter uma “funcionalidade” para a consolidação do regime. [...] a gestão social vem sendo tensionada entre, de um lado, uma visão de desenvolvimento, como humanização do capitalismo e, de outro, a visão de um outro mundo possível, conforme o slogan

*dos Fóruns Sociais Mundiais, que defendem a necessidade de uma revolução política. Uma revolução de um modo geral, distinta da concebida sob influência marxista tradicional na medida em que não remete à luta de classes, mas à criação de outras formas e outras modalidades de produção e relação social, calcadas na solidariedade, na valorização do trabalho e na autogestão, concomitantemente ao modelo capitalista. Não se trata, pois, de substituir um modelo, o capitalista, mas de convivência simultânea. [...] **um primeiro ponto a ter presente é que a gestão social se constitui, em meio a uma disputa política pelo modelo de sociedade e de ordem mundial, sob o qual desejamos viver, assim como ela atende a necessidade de articular, de atar, sob o novo cenário nacional e internacional, as pontas desatadas dos movimentos sociais; do debate desenvolvimento versus crescimento econômico; da necessidade de se tomar medidas para fazer frente à crise ambiental, assim como à necessidade de aportar suporte teórico e de criar um espaço de intermediação, de diálogo, entre, de um lado, a reflexão sobre a cidadania e os direitos humanos e de outro, a questão econômica, e a promoção do crescimento econômico dado, que dissociadas, nenhuma das duas dá conta do problema de construção de uma ordem social minimamente sustentável.** (grifo nosso) [...]* A gestão social veio para criar o espaço do debate, no interior do qual experiências, aprendizados, desafios e conhecimentos produzidos possam ser sistematizados e apropriados também por outros contextos.

1. BOULLOSA, Rosana de Freitas. Dicionário para a formação em gestão social / BOULLOSA, Rosana de Freitas (organizadora). Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014. 210 p. ; (Série Editorial CIAGS, Coleção Observatório da Formação em Gestão Social)

2. CARRION, Rosinha Machado. A contribuição da gestão social para o desenvolvimento. In CANÇADO, Ailton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. *Gestão social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. (p. 266 - 268)

Síntese do Fascículo

No fascículo procurou-se mostrar aos alunos os conceitos básicos de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Iniciou-se com a distinção entre crescimento e desenvolvimento. Foi mostrado no texto que, para muitos economistas, crescimento e desenvolvimento são quase sinônimos. Todavia, no âmbito das discussões sobre Desenvolvimento Sustentável, as duas palavras – crescimento e desenvolvimento – não têm o mesmo significado. Enquanto nesta o compromisso se firma com a qualidade de vida da população em geral e do seu bem-estar, naquela a relação é com o acúmulo do capital e aumento da renda de um país sem a preocupação primeira com a distribuição dessa riqueza. Vimos a seguir a diferença entre os índices utilizados para quantificar o crescimento econômico e o desenvolvimento, respectivamente, o PIB e o IDH. Seguimos com a cronologia dos eventos de ordem mundial que redundaram no surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade. Após, foram abordadas as dimensões da sustentabilidade com a apresentação da versão reduzida baseada no tripé formado pelos entes econômico, ambiental e social. Foram mostradas também as referidas dimensões na versão ampliada de Sachs. Destacaram-se em prosseguimento a globalização e as suas consequências impostas aos países sob a égide do neoliberalismo. Por fim, foram expostas as relações do Desenvolvimento Sustentável com a Gestão Social, considerando que o desenvolvimento baseado na sustentabilidade exige uma revisão da atuação dos gestores e da própria gestão. A gestão social vem fazendo essa revisão.

Perfil do Autor

Ricardo Luiz Lange Ness

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1985), mestrado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela UFC (1989) e doutorado em Ciências Agrárias/Agricultura Tropical e Subtropical pela Georg August Universität-Göttingen/Alemanha (1998). Foi professor da Universidade Estadual do Ceará-UECE e da Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal do Cariri, onde ensina na graduação no curso de Agronomia e no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri. Trabalha com os temas Agroecologia, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável e em Ciência do Solo com ênfase em Química, Biologia e Fertilidade do Solo.



Referências Bibliográficas

1. ARAÚJO, Edigilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
2. BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 200p.
3. BOULLOSA, Rosana de Freitas. *Dicionário para a formação em gestão social* / BOULLOSA, Rosana de Freitas (organizadora). Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014. 210 p.; (Série Editorial CIAGS, Coleção Observatório da Formação em Gestão Social)
4. BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
5. BRÜZEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *Papers do naea* n 013, Manaus: NAEA, nov. 1993. 12p.
6. CHACON, Suely Salgueiro. Desenvolvimento. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50
7. CARRION, Rosinha Machado. A contribuição da gestão social para o desenvolvimento. In: CANÇADO, Ailton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. *Gestão social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2012. (p. 266 - 268)
8. DE ASSIS, Renato Linhares. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 79-96, jan./abr. 2003
9. DOWBOR, L. Prefácio. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Ailton Cardoso. *Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento*:

ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. (p. III-VII).

10. FILHO, Gilberto Montibeller. Eco-desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios. Textos de Economia. Florianópolis, v.4, n.1. p.131-142, 1993.

11. FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho. Economia Solidária. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.54-56.

12. FURTADO, Celso. O fator político na formação nacional. ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo, v. 14, n. 51, p. 7-12, 2000.

13. GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. Sustentabilidade. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 165-168.

14. HOBBSAWN, E. Era dos extremos – O breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005, 598p.

15. IGNACY, Sachs. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: Vieira, Paulo Freire; Weber, Jacques (Orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento*– novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

16. LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001. 343p.

17. LIMA, Gustavo da Costa O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a educação. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003

18. LÖWY, Michael, BETTO, Frei Ecosocialismo: perspectivas para a sustentabilidade e a educação ambiental Revista Educação e Políticas em Debate – v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012

19. MOTA, Jose Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini, REGANHAN, José Maria;

SILVEIRA, Marcelo Teixeira da; GÓES, Geraldo Sandoval. Trajetória da governança ambiental, regional e urbana. Ipea. 01. dez. 2008 (p.11-20).

20. PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 56p.

21. PNUMA. Rumo a uma economia verde: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Programa das nações unidas para o meio ambiente, 2011. 52p.

22. ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica, estudos avançados 26 (74), 2012. p 65-92.

23. BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org). *Dicionário para a formação em gestão social*. – Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014. 210 p.; 25cm. (Série Editorial CIAGS, Coleção Observatório da Formação em Gestão Social)

24. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed. 96p.

25. SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. Os processos da globalização In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as ciências sociais*., 2. Ed, São Paulo, Cortez, 2002, 572p.

26. SARTORI Simone, LATRÔNICO, Fernanda, CAMPOS, Lucila M.S Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 1-22 n jan.-mar. 2014

27. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.410 p VEIGA, José Eli da, Territórios para um desenvolvimento sustentável. Cienc. Cult. v.58 n.1 São Paulo jan./mar. 2006.

28. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La naturaleza como persona: Pachamama y Gaia Em *Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado. Conceptos elementales para su desarrollo normativo*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010. p. 109-132

Anexo

A CARTA DA TERRA

Na Cúpula da Terra, reunida na Eco 92 no Rio de Janeiro, foi proposto o documento. Todavia, ele não foi aprovado naquela ocasião. Surgiu então um movimento mundial para formular uma Carta da Terra. À frente do movimento estavam Maurice Strong (ONU) e Mikhail Gorbachev (Cruz Verde Internacional). Em 1997 foi criada a Comissão da Carta da Terra composta por representantes de vários países. Após dois anos de elaboração coletiva, a nova Carta da Terra foi aprovada no ano 2000 na sede da Unesco em Paris.

“É um dos textos mais completos que se tem escrito ultimamente, digno de inaugurar o novo milênio. Recolhe o que de melhor o discurso ecológico produziu, os resultados mais seguros das ciências da vida e do universo, com forte densidade ética e espiritual.” Leonardo Boff

LINK PARA O DOCUMENTO COMPLETO:

WWW.MMA.GOV.BR/ESTRUTURAS/AGENDA21/_ARQUIVOS/CARTA_TERRA.DOC

Apoio



Promoção



Realização

